

Quarta-feira, 22 de Março de 2006 - Bruxelas

Critérios para as operações de imposição da paz da União Europeia, nomeadamente na República Democrática do Congo (debate)

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - A situação na República Democrática do Congo coloca-nos perante desafios tremendos, a todos aqueles que na União Europeia levamos a sério a "responsabilidade de proteger" consagrada na última Cimeira de Alto Nível da ONU em Setembro de 2005.

O conflito que devastou a República Democrática do Congo e toda a região dos Grandes Lagos é o mais sangrento desde a Segunda Guerra Mundial. Já causou 4 milhões de mortos, a esmagadora maioria dos quais, civis. A estabilidade real e duradoura neste país é uma condição fundamental para a paz nos Grandes Lagos e na África Central em geral e é neste contexto que as Nações Unidas, que têm no Congo a maior missão de manutenção da paz da sua história, apelaram à União Europeia para que contribua para o desenrolar pacífico das eleições de 18 de Junho que serão observadas por uma missão chefiada pelo nosso colega Philippe Morillon, uma missão que todos aqui no Parlamento apoiaremos.

Na perspectiva dos socialistas europeus estas eleições representam a "hora H" para o Congo. Ou as instituições de transição nascidas num contexto de guerra civil são substituídas por instituições democraticamente eleitas ou então, muito provavelmente, o Congo continuará à mercê de milícias sangrentas.

Mas estas eleições e o repto lançado pelas Nações Unidas também constituem um momento de verdade para a União Europeia. Será que a política europeia de segurança e defesa merece credibilidade? Será que se pode contar com os Estados-Membros para implementar a estratégia europeia de segurança?

Da resolução comum que apresentámos saliento três pontos. Esta intervenção deve ser vista como um elemento de uma solução provisória para o problema da instabilidade interna do país, que só se resolverá quando o exército congolês passar a ser um factor de estabilidade. Como ficou claro em operações recentes do exército congolês no Catanga, a população tem ainda razões para duvidar da capacidade do poder central de a proteger das milícias. A comunidade internacional deve investir mais na solidificação das brigadas integradas que já existem e acelerar a criação de outras. Sem melhorias rápidas no sector da segurança, a União e a ONU poderão infelizmente ser chamadas a intervir no Congo muitas mais vezes.

Quarta-feira, 22 de Março de 2006 - Bruxelas

Em segundo lugar, é importante que a legitimidade política desta missão seja um factor decisivo para o seu sucesso. Neste sentido, é fundamental que seja uma verdadeira missão europeia - e nesse aspecto congratulamo-nos com as notícias da participação sólida de vários Estados-Membros liderados pela Alemanha e incluindo também o meu país, Portugal - e que seja uma missão respaldada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. É fundamental também que fique claro para todos os actores, internos e externos, que esta missão é bem-vinda pelo actual Governo congolês e, finalmente, é fundamental que a concepção desta missão reflecta uma disponibilidade genuína por parte da União Europeia para apoiar o processo eleitoral com os riscos inerentes.

Prioridade e objectivo da presença das forças europeias é claramente contribuir de forma visível e credível para a estabilidade do processo eleitoral congolês. É isto que o povo do Congo e a África esperam de nós.